

Minuta de Contrato regida pela Lei Federal 13.303/2016**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
PDB.xxx.xxxx.x.x, QUE ENTRE SI CELEBRAM
[Nome do Contratante] E A [Detentora da Ata de
Registro de Preços]**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: xx.xxxxxxxx/xxxx-xx

PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxxx/xxxx

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/xxxx

A [Nome do Participante], estabelecida na [endereço completo], CNPJ nº [nº do CNPJ], doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por [Cargo e Responsável Legal da Entidade], e a [**Razão social da CONTRATADA**], CNPJ/MF nº [nº do CNPJ], estabelecida na [endereço completo], neste ato representada por seu Representante Legal [nome completo do Representante Legal], CPF nº [nº do CPF], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram, em decorrência da Ata de Registro de Preços xxx/xxxx, o presente Contrato que é regulado pelas suas cláusulas, pela Lei Federal 13.303/2016 e pelos preceitos de direito privado, conforme condições a seguir especificadas, reciprocamente estipuladas e aceitas, vinculando-se ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico xxxxx/xxxx, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de postos de trabalho com remuneração mínima/máxima, mediante cessão de mão de obra exclusiva, para execução de serviços contínuos de apoio técnico e educacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO FORNECIMENTO

2.1. A CONTRATADA deverá fornecer postos de trabalho com remuneração mínima/máxima, mediante cessão de mão de obra exclusiva, para execução de serviços contínuos de apoio técnico e educacional, em regime presencial, de conformidade com as especificações constantes neste Contrato, seus anexos e quadro abaixo:

LOTE ÚNICO				
Cargos com remuneração xxxxxxxx				
Item	Cargo	Unidade	Qtd	Carga Horária
X	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	Unid.	XXX	40h/semana

2.2. O fornecimento do objeto será realizado, sob demanda, conforme a necessidade da CONTRATANTE, mediante solicitações específicas durante a vigência do contrato, de forma que não haverá obrigatoriedade de contratação do total do quantitativo especificado para a contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. O objeto que trata este Contrato será recebido:

3.1.1. **Provisoriamente:** Com a apresentação da Planilha Mensal (anexo 1) com o detalhamento dos custos a serem reembolsados, e, ainda, com os seguintes documentos:

3.1.1.1. Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, nos termos da legislação pertinente;

3.1.1.2. Cópia das folhas de pagamento, legíveis e em ordem alfabética com os respectivos comprovantes de crédito bancário;

3.1.1.3. Cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP – completa, gerada por intermédio do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP, contendo a Relação de Empregados – RE, comprovante de declaração à Previdência Social e o protocolo de conectividade de envio;

3.1.1.4. Comprovante de entrega dos benefícios previstos na planilha de composição de custos;

3.1.1.5. Cópia da relação analítica da folha de pagamento dos profissionais alocados nos postos de trabalho, referente ao mês anterior ao serviço prestado;

3.1.1.6. Cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT (se houver);

3.1.1.7. Comprovação de demais obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação pertinente;

3.1.1.8. Será realizada a posterior verificação da sua conformidade com as especificações e quantidades no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

3.1.2. **Definitivamente:** Verificados os documentos e o relatório, estando de acordo com as especificações técnicas, o objeto será recebido definitivamente, após será

autorizada a emissão da respectiva Nota Fiscal.

3.2. Poderão ser realizadas diligências pela CONTRATANTE ou por equipe por ela indicada, para averiguação do cumprimento da especificação técnica, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da entrega, após o que será emitido o termo de aceite definitivo e respectiva autorização para emissão da nota fiscal.

3.3. Encontrando irregularidades, deverão ser corrigidas em até 10 (dez) dias corridos, contados da respectiva notificação, que poderá ser enviada por e-mail, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.4. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o item do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste Contrato será de xx (xxxxxxxxxx) meses, sem prejuízo da garantia, contados da data de sua assinatura.

4.2. Respeitados os limites da Lei 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser renovado, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. A CONTRATADA estará apta a receber as demandas de alocação de recursos pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da NOTA DE EMPENHO, devidamente assinada pela CONTRATANTE.

5.2. A CONTRATADA deverá observar todos os prazos previstos neste instrumento, especialmente, aqueles ligados à execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Após a assinatura do contrato, será realizada entre as partes, reunião para definição do cronograma físico/financeiro, para alinhamento da forma de execução dos trabalhos.

6.2. A reunião será agendada, em até 5 (cinco) dias úteis, pela CONTRATANTE após a emissão de empenho.

6.3. A solicitação de postos de trabalho à CONTRATADA será feita conforme necessidade da CONTRATANTE, formalizada pelo envio de e-mail ou outro documento hábil à CONTRATADA.

6.4. Após o recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho, devidamente assinada pela CONTRATANTE, o objeto poderá começar a ser executado conforme disposto no cronograma físico/financeiro.

6.5. Para cada nota de empenho enviada à CONTRATADA, será gerada uma ou mais ordens de serviço, a ser assinada pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE.

6.6. Em até 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da solicitação de que trata o item 6.3, a CONTRATADA deverá realizar o mapeamento dos profissionais solicitados pela CONTRATANTE, apresentando o perfil dos candidatos pré-selecionados, juntamente com a documentação que comprove as qualificações exigidas, para aprovação pela CONTRATANTE.

6.7. A aprovação pela CONTRATANTE ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, e consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada com as exigências de qualificação e experiência previstas neste Contrato.

6.8. Para a comprovação dos critérios de que trata o item anterior, a CONTRATANTE poderá realizar diligências a fim de verificar a veracidade das informações prestadas.

6.9. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, realizar entrevista com os candidatos pré-selecionados.

6.10. A CONTRATANTE emitirá ordem de serviço com a data de início dos trabalhos, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, incluindo o prazo dos trâmites para formalização da contratação.

6.11. A data de término da OS será comunicada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, no decorrer de sua execução, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, observada a vigência do instrumento contratual.

6.12. A ordem de serviço também poderá ser alterada à exclusivo critério da CONTRATANTE, por meio de comunicação formal, que dela passe a ser parte integrante, para redução de profissionais alocados, respeitada a comunicação prévia de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis.

6.13. Novas alocações sempre seguirão os procedimentos dispostos nesta cláusula.

6.14. O descumprimento dos prazos caracterizará o inadimplemento contratual, parcial ou total e ensejará a aplicação das sanções cabíveis.

6.15. Os prazos poderão ser prorrogados mediante justificativa da CONTRATADA e à critério da CONTRATANTE.

6.16. Na data estabelecida para o início das atividades, a CONTRATADA deverá apresentar a relação dos funcionários que serão alocados, juntamente com a documentação necessária, bem como o vínculo empregatício de cada um deles.

6.16.1. A CONTRATADA deverá fornecer, semestralmente, uniforme para cada funcionário alocado sendo este composto de 02 (duas) Camisas de Algodão Tipo Polo;

6.16.2. Os uniformes deverão conter, em local visível e de fácil leitura, o nome da empresa prestadora de serviços e deverão atender aos padrões mínimos de

apresentação.

6.17. Caso o profissional seja proprietário/sócio da CONTRATADA, o vínculo deverá ser comprovado por meio de "Certidão Simplificada", emitida pela Junta Comercial do Estado, ou do contrato social ou alteração contratual em vigor.

6.18. Caso o profissional não seja proprietário/sócio da CONTRATADA, o vínculo deverá ser comprovado por meio do registro na carteira de trabalho, com a apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho firmado com a CONTRATADA.

6.19. A alocação de profissionais que não atendam aos requisitos de qualificação técnica, habilidades e demais competências profissionais exigidas neste instrumento, por 3 (três) vezes consecutivas na alocação do mesmo perfil, ou por 3 (vezes) vezes alternadas no período de 6 (seis) meses entre os perfis demandados, ensejará na aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo do disposto na Cláusula Sétima.

6.20. Cada posto de trabalho estará em constante avaliação pelas competências abaixo:

6.20.1. Cortesia e comunicação eficaz;

6.20.2. Efetividade nos atendimentos realizados;

6.20.3. Capacidade de analisar a demanda e resolvê-la com eficiência e eficácia, dentro dos prazos factíveis;

6.20.4. Capacidade de trabalhar em equipe, com autonomia, pensamento lógico e crítico, responsabilidade, criatividade, organizando seu tempo e suas atividades, colaborando com os demais envolvidos na solução da questão;

6.20.5. Conhecimentos, experiências e habilidades, conforme perfis e exigências constantes neste documento;

6.20.6. Adaptação para mudança de contexto e atuação paralela em diferentes demandas, quando necessário intercalá-las;

6.20.7. Cumprimento das normas de atendimento e ao PSP;

6.20.8. Comportamento ético e profissional.

6.21. O não atendimento a qualquer das competências acima, bem como àquelas descritas neste documento, por parte de algum posto de trabalho alocado, possibilitará a aplicação de advertência à CONTRATADA.

6.22. A substituição do profissional poderá ser solicitada a qualquer tempo pela CONTRATANTE em decorrência de 2 (duas) ou mais advertências, não excluindo a aplicação de sanções em caso de repetidas inadequações pela CONTRATADA.

6.22.1. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para prover a substituição do profissional, indicando o afastamento ou a permanência do profissional alocado até que se dê a sua substituição.

6.23. O prazo e os critérios para seleção de profissional a ser substituído serão os

mesmos previstos nesta cláusula, em que pese, neste caso, ser permitida a retirada do empregado de seu posto de trabalho sem a comunicação prévia de 30 dias.

6.24. No caso de desligamento de empregado alocado na execução do objeto por solicitação do mesmo ou da CONTRATADA, a substituição por profissional temporário será a critério da CONTRATANTE, até que seja alocado novo empregado com cumprimento de todas as etapas e exigências previstas neste Contrato.

6.25. Caso a CONTRATANTE opte por não alocar nenhum profissional temporário até que seja alocado novo empregado, não serão faturados os dias em que não houver alocação dos respectivos postos de trabalho.

6.26. Todo profissional da CONTRATADA, ainda que temporário, possuirá a qualificação mínima exigida, em conformidade com este Contrato.

6.27. A prestação dos serviços objeto deste Contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a PRODABEL, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA todos os encargos tributários e trabalhistas, bem como as responsabilidades decorrentes das contratações.

6.28. Os serviços, demandas e atividades a serem executadas pelos empregados alocados nos postos de trabalho serão repassados ao preposto da CONTRATADA.

6.29. O preposto deverá providenciar o preenchimento e a emissão dos relatórios mensais, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de serviços conforme padrão a ser estabelecido, listando todas as atividades executadas pelos empregados alocados na sua área durante o período anterior.

6.30. Os relatórios de que trata o item anterior irão compor o termo de aceite para os devidos pagamentos.

6.31. Será responsabilidade do preposto exigir respeito aos padrões técnicos de desenvolvimento de software adotados, bem como acompanhar a qualidade dos serviços prestados.

6.32. O preposto realizará, junto com a CONTRATADA, a gestão da jornada dos postos de trabalho alocados na execução do objeto, verificando o cumprimento desta e estabelecendo previamente a necessidade de jornada extraordinária, comunicando à CONTRATADA qualquer descumprimento por parte dos alocados e informando ao fiscal do contrato a relação dos dias não trabalhados para fins de pagamento.

6.33. Os postos de trabalho terão jornada de 08 (oito) horas diárias, em horários a serem definidos pela CONTRATANTE, em regime presencial com dedicação exclusiva por parte do colaborador alocado no posto de trabalho.

6.33.1. É responsabilidade da CONTRATADA a ocupação integral do posto de trabalho, substituindo o empregado quando for necessário, não deixando, em nenhuma hipótese, o posto vazio;

6.33.2. A substituição de empregado ausente deverá ser realizada imediatamente pela CONTRATADA assim que tomar ciência da falta, seja por comunicação dos seus colaboradores ou por notificação da CONTRATANTE, que também poderá ser feita por e-mail.

6.34. Excepcionalmente, a seu exclusivo critério, a CONTRATANTE, poderá determinar a execução de atividades, em dia não útil ou fora do horário normal de funcionamento da empresa, por um intervalo de tempo determinado.

6.35. As horas executadas conforme disposto no item 6.1.34. serão apuradas e informadas ao preposto da CONTRATADA para serem computadas em banco de horas. Estas horas poderão ser utilizadas para folgas programadas dos profissionais envolvidos nestas atividades, mediante comunicação à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, não sendo permitida sua conversão em espécie.

6.36. A liberação de folgas programadas dos profissionais da CONTRATADA, deverá ser, necessariamente, aprovada pela CONTRATANTE.

6.37. A CONTRATADA deverá disponibilizar e implementar sistema de aferição da jornada diária de trabalho dos empregados, bem como providenciar a confirmação da frequência dos profissionais, de modo a demonstrar, mensalmente, o cumprimento do horário determinado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL

7.1. A CONTRATADA deverá alocar seus empregados nos locais indicados pela CONTRATANTE em qualquer endereço das unidades da Prefeitura dentro da região metropolitana de Belo Horizonte.

7.2. As localidades e as alterações de localidade onde serão alocados os recursos serão avisados sempre com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - SLA

8.1. A CONTRATADA será avaliada de acordo com os indicadores de nível de serviço abaixo:

INDICADOR DE EFETIVA OCUPAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO (IEOPT)	
Descrição	O objetivo deste indicador é medir a assiduidade dos postos de trabalho alocados.
Aferição	Este indicador será aferido mensalmente, sendo os dias trabalhados controlados pelo preposto da CONTRATADA, com o acompanhamento e aprovação do fiscal do contrato.
Forma de	IEOPT = DIAS TRABALHADOS / DIAS ESPERADOS

Cálculo	<p>onde:</p> <p>DIAS TRABALHADOS = quantidade de dias que foram trabalhados por todos os postos de trabalho dentro do período de aferição.</p> <p>DIAS ESPERADOS = (dias úteis do período de aferição x quantidade de postos de trabalho alocados).</p> <p>Exemplo:</p> <p>Período de aferição: 10/08/2021 a 09/09/2021</p> <p>Dias úteis:22</p> <p>Quantidades de postos de trabalho alocados: 5</p> <p>DIAS ESPERADOS = (22 x 5) = 110</p> <p>Situação hipotética = um dos postos alocados faltou por 5 dias de trabalho.</p> <p>Então, DIAS TRABALHADOS = 105</p> <p>IEOPT = $105/110 = 0,9545$</p>
Glosa	<p>1.0 \geq IEOPT \geq 0.9: 0% de desconto</p> <p>0.9 $>$ IEOPT \geq 0.8: 5% de desconto sobre valor da taxa de administração estabelecida na planilha de composição de custos.</p> <p>0.8 $>$ IEOPT \geq 0.6: 7% de desconto sobre valor da taxa de administração estabelecida na planilha de composição de custos.</p> <p>0.6 $<$ IEOPT: 9% de desconto sobre valor da taxa de administração estabelecida na planilha de composição de custos.</p>
Observações	<p>Nos casos de substituições de postos de trabalho por necessidade da CONTRATADA, os dias não trabalhados entre a alocação de um profissional e outro, serão contabilizados no cálculo deste indicador.</p> <p>Nos casos de substituições de postos de trabalho por solicitação da CONTRATANTE, em que o profissional substituído seja afastado, os dias não trabalhados que estejam dentro dos prazos estabelecidos não serão contabilizados no cálculo deste indicador. Os dias que excederem os prazos estabelecidos para nova alocação serão contabilizados.</p> <p>Os afastamentos referente a férias, licença médica e outros afastamentos legais, não serão contabilizados, para fins do IEOPT.</p> <p>Os casos não contabilizados conforme observações acima, não serão computados no número de DIAS ESPERADOS.</p>

8.2. Os pagamentos à CONTRATADA ocorrerão sempre por meio de reembolso, não sendo considerados, para fins de pagamento, os custos referentes aos dias não trabalhados.

8.3. Na ocorrência dos fatos geradores constantes da tabela acima, além dos descontos relativos aos dias não trabalhados, a CONTRATANTE aplicará os redutores sobre o valor a ser pago a título de taxa de administração, não importando a abertura de processo administrativo, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis.

8.4. Os Acordos de Nível de Serviço vigorarão a partir da efetiva abertura da Ordem de Serviço até o final do período de vigência da respectiva OS.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Pelo objeto contratado a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$XXXXXXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

9.2. Estão consideradas no preço previsto no 9.1. todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Tendo em vista a previsão de SLA, para este contrato será admitida a remuneração variável.

10.2. Por se tratar de uma contratação **sob demanda**, somente será efetuado o pagamento do objeto efetivamente realizado, não existindo a obrigação de aquisição do total de itens contratados.

10.3. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE, conforme demanda efetivamente recebida, em até 30 (trinta) dias corridos contados do adimplemento da obrigação. Considera-se adimplida a obrigação a entrega do objeto com seu aceite definitivo pela CONTRATANTE.

10.4. O pagamento da contratada deverá ocorrer sempre por meio de reembolso, mediante comprovação dos serviços executados, conforme previsão na planilha de composição de custos, bem como do pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários devidos.

10.5. A CONTRATADA será remunerada conforme número de postos de trabalho efetivamente ocupados no período.

10.6. A remuneração será variável, observados os níveis mínimos de serviço definidos na Cláusula Oitava.

10.7. Somente após o aceite definitivo dos serviços pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá emitir o documento fiscal com o valor a ser faturado.

10.8. A CONTRATADA não será remunerada pelas horas não trabalhadas dos profissionais nos postos de trabalho, inclusive aquelas advindas de faltas legais (licença médica, licença paternidade etc.).

10.9. A CONTRATADA deverá emitir os documentos fiscais conforme legislação vigente e nominal à CONTRATANTE, contendo o detalhamento dos serviços executados e acompanhada das seguintes comprovações:

10.9.1. Pagamento da remuneração e das contribuições sociais incidentes, referentes ao mês da última Nota Fiscal vencida aos empregados que atuem na execução do objeto do contrato, a serem nominalmente identificados;

- 10.9.2. Regularidade Fiscal nos termos da Lei 13.303/16;
- 10.9.3. Cumprimento das obrigações trabalhistas referentes à última nota fiscal que tenha sido paga pela Administração Pública;
- 10.9.4. É vedado o pagamento em virtude de horas extras;
- 10.9.5. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado deixar de comprovar a quitação de suas obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.
- 10.10. A CONTRATADA deverá entregar um documento de cobrança válido Nota Fiscal eletrônica (NFE) e fazer constar, no mínimo, o número do Processo Administrativo, do instrumento contratual e da Nota de Empenho, descrição e quantidade dos postos de trabalho ocupados, preço unitário, valor total da nota, e os dados bancários para pagamento.
- 10.11. A Nota Fiscal eletrônica (NFE), deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, por meio de consulta ao cadastro no SUCAF.
- 10.12. A Nota Fiscal eletrônica deverá conter, além do previsto no item 10.10, todas as informações exigidas pela legislação vigente.
- 10.13. No caso de haver retenção, a CONTRATADA discriminará individualmente no documento de cobrança Nota Fiscal eletrônica (NFE) o percentual e o valor dos tributos a serem retidos.
- 10.14. A Nota Fiscal Eletrônica (NFE) deverá conter todas as informações exigidas pela legislação vigente e ser encaminhada à CONTRATANTE e para o Fiscal no endereço eletrônico xxxxxx@pbh.gov.br, acompanhada do arquivo no formato .xml.
- 10.15. A CONTRATADA enquadrada no sistema de pagamento de impostos SIMPLES, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar, no pagamento, à CONTRATANTE, declaração, na forma do Anexo I da Instrução Normativa RFB n.º 459, de 17 de outubro de 2004 SRF, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.
- 10.16. Não sendo observadas as condições do item acima, o atraso no pagamento será imputado à CONTRATADA, não decorrendo disso quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
- 10.17. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, será devolvido à CONTRATADA e a contagem do prazo para o pagamento previsto no item 10.3 reiniciará a partir da data da reapresentação do documento corrigido e certificado pelo Fiscal.
- 10.18. Nos preços apresentados deverão estar incluídos todos os custos tais como impostos, taxas e quaisquer outros que se fizerem necessários para o perfeito cumprimento do objeto deste Contrato.
- 10.19. O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário na conta indicada na Nota Fiscal.

10.20. O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito, quando couber, à retenção de tributos na fonte nos termos da lei.

10.21. Caso a CONTRATANTE não seja contribuinte do ICMS, quando se tratar de Nota Fiscal emitida por estabelecimento fora do estado de Minas Gerais, o fornecedor da mercadoria/produto deverá utilizar no campo CFOP da Nota Fiscal os códigos 6.107 ou 6.108, conforme cada caso.

10.22. A CONTRATADA sediada em outro município deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, informando a existência ou não de filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação estabelecidos no Município de Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas na seguinte dotação orçamentária: 0604.1903.19.126.302.2938.0004.339037.05.1.500.000.0000.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. O contrato não será reajustado no tocante à taxa de administração, não obstante, poderá ocorrer a repactuação da contratação de acordo com os ajustes e atualização da Convenção Coletiva de Trabalho.

12.2. Na hipótese em que o CONTRATADO tenha feito referência explícita à última Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo de Trabalho no procedimento licitatório, quando da elaboração da planilha de composição de custos, a repactuação de preços poderá ocorrer a partir da data-base firmada nos respectivos instrumentos de negociação que serviram de fundamento para o orçamento da proposta comercial.

12.2.1. Fica estabelecida como data-base das repactuações subsequentes à primeira, a data da última repactuação, devendo-se observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano entre uma e outra;

12.2.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhadas de demonstração analítica da alteração dos custos, bem como da cópia da CCT registrada no MTE, para mais ou para menos, por meio de apresentação da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços pertinente e demais documentos que fundamentam a repactuação;

12.2.3. A repactuação em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, inclusive novos benefícios não previstos na proposta original que tenham se tornado obrigatórios por força deles;

12.2.4. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações passarão a

viger:

12.2.4.1. A partir da assinatura do termo aditivo;

12.2.4.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras; ou

12.2.4.3. Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido. Nesse caso, o pagamento retroativo será concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade e apenas em relação à diferença porventura existente;

12.2.4.4. As repactuações de preços não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei 13.303/16.

12.3. O percentual contratado referente à Taxa de Administração não poderá sofrer majoração no decorrer de toda a vigência do contrato.

12.4. Na hipótese em que o licitante não tenha feito referência explícita à Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo de Trabalho no procedimento licitatório, quando da elaboração da planilha de composição de custos, os preços ora contratados poderão ser reajustados considerando o intervalo mínimo de mínimo de 12 (doze) meses contados a partir do orçamento estimado da contratação ou da concessão do último reajuste, tendo como indexador o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro índice que vier substituí-lo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

12.5. O reajuste somente será avaliado pela CONTRATANTE mediante solicitação expressa da CONTRATADA.

12.6. O marco inicial para os cálculos do reajuste será a data de assinatura do contrato ou da concessão do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A CONTRATADA obriga-se a apresentar garantia à CONTRATANTE, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme determina a Lei 13.303/16, podendo optar por:

13.1.1. Caução em dinheiro;

13.1.2. Seguro garantia;

13.1.3. Fiança bancária.

13.2. Independentemente da modalidade escolhida, o recolhimento da garantia deverá ser prévio à assinatura do contrato, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos e legislação aplicável à espécie.

13.3. Em se tratando de opção pela modalidade de garantia **caução em dinheiro**, esta deverá ser recolhida em conta corrente a ser informada pela CONTRATANTE no momento da assinatura do Contrato.

13.4. Em se tratando de opção pela modalidade **seguro garantia**, a Apólice de Seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário e deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.

13.5. Em se tratando de opção pela modalidade **fiança bancária**, a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil, prevendo expressamente a renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil.

13.6. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

13.7. O prazo previsto no item 13.6. poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

13.8. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CONTRATANTE, ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CONTRATANTE, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

13.9. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução e cumprimento integral do presente Contrato, nos termos da Lei 13.303/16.

13.10. A garantia na modalidade caução em dinheiro será atualizada monetariamente pelo índice da caderneta de poupança quando da sua restituição, e não contemplando remuneração *pro rata die*.

13.11. A Garantia Contratual deverá ser mantida enquanto viger a garantia do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Compete à CONTRATADA:

14.1.1. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela

CONTRATANTE;

14.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação;

14.1.3. Cumprir as obrigações dentro dos prazos assinalados;

14.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

14.1.5. Responder pela correção e qualidade do fornecimento do objeto nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

14.1.6. Pagar todos os encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato;

14.1.7. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela CONTRATANTE para o adequado fornecimento do objeto deste Contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações;

14.1.8. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados ao objeto;

14.1.9. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela CONTRATANTE, bem como pela entrega e qualidade dos bens adquiridos, utilizando-se de pessoal qualificado e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar à CONTRATANTE sobre falhas técnicas eventualmente encontradas;

14.1.10. Reparar todos os danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da CONTRATANTE;

14.1.11. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na entrega do objeto e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, buscar meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;

14.1.12. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do objeto contratado, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da CONTRATANTE, por acusação da espécie;

14.1.13. Garantir como "segredos comerciais e confidenciais" quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, utilizando-os apenas para as finalidades previstas neste contrato, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros;

14.1.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos definidos pela Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que se refere a tratamento de dados pessoais, à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, bem como ao cumprimento no disposto na RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 19, de 23 de agosto de 2024;

14.1.15. Designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;

14.1.16. Garantir, durante o prazo de vigência do contrato, o fornecimento de todos os itens propostos, responsabilizando-se pelo pagamento de impostos, fretes, seguro, material, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto;

14.1.17. Assegurar que os empregados que estejam atuando para o atendimento do objeto do contrato não realizem horas extras sem prévia autorização formal da CONTRATANTE;

14.1.18. Cumprir as exigências de segurança e medicina do trabalho, conforme disposto na Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego;

14.1.19. Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os profissionais necessários à execução das atividades, observadas a idoneidade moral e profissional, cabendo exclusivamente à CONTRATADA responder pelos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários previstos na legislação vigente e quaisquer outros que decorram de sua condição de empregadora;

14.1.20. Empregar, na execução dos serviços, profissionais aptos e qualificados para o desempenho das funções, com exames médicos periódicos atualizados, devendo ser comprovados no primeiro dia da execução dos serviços e em igual data anualmente;

14.1.21. Orientar seus profissionais quanto ao cumprimento das normas gerais de comportamento, confidencialidade, segurança e acesso às dependências da CONTRATANTE;

14.1.22. Advertir ou substituir profissional reincidente no descumprimento de quaisquer de suas obrigações, nos termos dispostos neste Contrato;

- 14.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelo desempenho dos seus profissionais alocados nos postos de trabalho, observando a legislação federal, estadual ou municipal pertinente, bem como todos os deveres que disciplinam a relação entre as empresas e seus empregados, dentre os quais os de segurança e prevenção de acidentes, de saúde do trabalhador, os tributários e os previdenciários;
- 14.1.24. Responsabilizar-se integralmente pelo pagamento de multas relativas aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, inclusive comerciais, resultantes da má gestão dos serviços contratados, da sua imperfeita execução ou descumprimento parcial ou integral de quaisquer dos deveres contratuais assumidos;
- 14.1.25. Garantir que seus profissionais alocados nos postos de trabalho prestem todos os serviços assumidos com presteza, agilidade, tempestividade, eficácia e eficiência, respeitados os parâmetros ora estabelecidos;
- 14.1.26. Efetuar, quando houver, os descontos das deduções relativas ao Acordo de Nível de serviço nas notas fiscais/faturas, conforme determinado pela CONTRATANTE observando o estabelecido na Cláusula Oitava deste Contrato;
- 14.1.27. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer despesas relativas ao trabalhador em licença por motivo de saúde após a rescisão do instrumento contratual;
- 14.1.28. Assumir a responsabilidade por qualquer dano decorrente de ação de seus profissionais, inclusive eventuais honorários advocatícios aos advogados da CONTRATANTE, quando houver inserção da mesma em polo passivo de ações;
- 14.1.29. Os honorários supramencionados serão cobrados de acordo com a tabela da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como na complexidade da referida ação;
- 14.1.30. Responsabilizar-se por todas as despesas de cunho trabalhista previstas na legislação pertinente, nas convenções e acordos coletivos da categoria, quando aplicável, incluindo salários, benefícios, encargos trabalhistas e todos os direitos previstos em Lei.
- 14.1.31. A Contratada pagará aos funcionários o valor dos salários apresentados na planilha de custo, respeitada a Remuneração Mínima/Máxima estabelecida neste Contrato;
- 14.1.32. Considerando a carga horária estabelecida na Cláusula Sexta, subitem 6.33, o funcionário contratado não poderá ter outro vínculo trabalhista dentro do horário comercial;
- 14.1.33. Oferecer os benefícios previstos nas convenções e acordos coletivos da categoria, quando aplicável, tais como plano de saúde, vale alimentação/refeição,

seguro de vida, etc, em favor de seus profissionais desde o primeiro dia da alocação dos postos de trabalho;

14.1.34. Cumprir as obrigações previstas no art. 14 do Decreto Municipal 15.562/2014, no que couberem ao objeto desta contratação;

14.1.35. Não transferir ou ceder o Contrato a terceiros, no todo ou em parte;

14.1.36. Não caucionar ou utilizar o Contrato em favor de terceiros, no todo ou em parte;

14.1.37. Realizar, às suas expensas, os treinamentos necessários para que os profissionais alocados nos postos de trabalho, mantenham-se atualizados e tecnicamente capazes de executar demandas de tecnologia advindas do objeto desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Compete à CONTRATANTE:

15.1.1. Proporcionar à CONTRATADA o acesso às informações e aos documentos necessários ao fornecimento;

15.1.2. Fiscalizar e avaliar a execução do contrato, por meio do fiscal designado;

15.1.3. Realizar o recebimento do objeto, quando ele estiver em conformidade com a especificação técnica;

15.1.4. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato;

15.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades ocorridas no recebimento do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

16.1. Este Contrato é regulado pelas suas cláusulas, pela Lei 13.303/2016 e Decretos Municipais 11.245/2003 e 18.096/2022, além do Regulamento de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE

17.1. Constituem partes integrantes do presente Contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA, o edital da licitação Pregão Eletrônico xxxxxxxxxx e seus anexos, independentemente de transcrição, nos termos da Lei Federal 13.303/2016.

17.2. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no item 17.1 e as deste Contrato, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Fica vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente as obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O Fiscal e Gestor do contrato serão designados oportunamente, mediante Portaria, nos termos do Decreto Municipal de Belo Horizonte n.º 18.324/2023.

19.2. Todo o objeto será acompanhado pelo Fiscal do Contrato, que será responsável por verificar e fazer cumprir a execução do Objeto de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas e padrões de qualidade, desde o início até o recebimento definitivo, podendo, inclusive, questionar detalhes de execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os a análise e aprovação.

19.3. O Fiscal deverá analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução, recomendar aplicação de advertências, multas ou outras penalidades no contrato.

19.4. O Fiscal realizará a validação do objeto executado e tomará todas as providências e ações necessárias ao bom andamento da execução do objeto, submetendo todos os questionamentos ao Gestor do Contrato, comunicando em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. Desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar, o presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, para melhor adaptar suas previsões ao interesse da CONTRATANTE, nos termos e limites da Lei 13.303/2016 e procedimentos previstos no seu Regulamento de Licitações e Contratos.

20.2. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo e Termo de Apostila, quando admitido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO

21.1. O presente Contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por terceiros.

21.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

22.1. Aplicar-se-á a este instrumento a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

22.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

22.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, à confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

22.4. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

22.5. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.7. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

22.8. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do Contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

22.9. À CONTRATADA não será permitida deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.10. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

22.11. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

22.12. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

22.13. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

22.14. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

22.15. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

22.16. A CONTRATADA se responsabiliza pelo cumprimento dos requisitos definidos pela Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que se refere ao tratamento de dados pessoais, à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, bem como ao cumprimento no disposto na RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 19, de 23 de agosto de 2024.

22.17. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE DADOS PESSOAIS

23.1. A CONTRATADA se compromete, para fins de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, a solicitar a todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que atuarão na execução deste Contrato o expresso e livre consentimento para o fornecimento de seus dados pessoais, quais sejam: nome completo, RG, CPF,

endereço, telefone e e-mail, conforme necessidade para o cumprimento do objeto contratual.

23.2. A CONTRATADA se compromete a comunicar à CONTRATANTE no caso de desligamento de colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços ou se forem retirados do projeto, para que seja feita a exclusão ou anonimização dos seus dados pessoais, nos termos da legislação, com consequente remoção dos seus acessos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

24.1. As partes se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir bem como dar ciência a todos os seus empregados acerca dos princípios e regras do Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponível em:

xx.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

25.1. As partes se obrigam ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, bem como a Política de Privacidade e Proteção de Dados da CONTRATANTE, esta última que se encontra veiculada por meio da instrução normativa, disponível em:

xx.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

26.1. As partes interessadas se obrigam a cumprir e a fazer cumprir as normas contra fraude e corrupção na qual estão asseguradas medidas adequadas para proteção do interesse público.

26.2. Para a participação neste instrumento contratual, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este instrumento, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

26.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas será denunciada à Controladoria Geral do Município - CTGM, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do Decreto Municipal 16.954/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. No caso de eventuais infrações cometidas ou de inadimplemento contratual, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 13.303/2016, Decretos Municipais 16.954/2018 e 18.096/2022, além do Regulamento de Contratos e Licitações da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

28.1. O Contrato poderá ser extinto:

28.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

28.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

28.1.3. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

28.1.4. Por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito e fundamentado à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

28.1.5. Pela via judicial; e

28.1.6. Em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos abaixo elencados:

28.1.6.1. Descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

28.1.6.2. Atraso injustificado no fornecimento;

28.1.6.3. Subcontratação parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CONTRATANTE ou em descumprimento ao previsto na Lei 13.303/2016;

28.1.6.4. Fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no Contrato e sem prévia autorização da CONTRATANTE;

28.1.6.5. Desatendimento das determinações regulares do Gestor e/ou do Fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

28.1.6.6. Cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato;

28.1.6.7. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

28.1.6.8. Dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

28.1.6.9. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

28.1.6.10. Razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

28.1.6.11. Ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

28.1.6.12. Descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

28.1.6.13. Perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

28.1.6.14. Nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, assegurado o contraditório e ampla defesa;

28.1.6.15. Não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

28.2. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

28.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

28.4. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo mínimo para rescisão unilateral por iniciativa da CONTRATADA será de 90 (noventa) dias.

28.5. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarreta as seguintes consequências:

28.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;

28.5.2. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

29.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 13.303/2016, no seu Regulamento de Licitações e Contratos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da

CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação da obrigação.

30.2. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

30.3. A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Contrato.

30.4. Os direitos decorrentes deste Contrato, não poderão, em hipótese alguma, ser negociados com instituições financeiras, não se responsabilizando a CONTRATANTE por quaisquer consequências oriundas de tais transações, respondendo, ainda, o Fornecedor por perdas e danos.

30.5. Em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inc. II, da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

31.1. A publicação do extrato do presente Contrato no Diário Oficial do Município – DOM correrá por conta e ônus da CONTRATANTE.

31.2. A CONTRATADA fica ciente de que ocorrerá a publicação de todos os documentos apresentados durante o processo licitatório e instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

32.1. É competente o foro de Belo Horizonte/MG para a solução de eventuais litígios decorrentes deste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento de Contrato, em 2 (duas) vias, para um só efeito.

Belo Horizonte, de de 202 .

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
FUNÇÕES

Monitor de informática I	
PRÉ - REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
<p>Ter no mínimo 18 (dezoito) anos e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;</p> <p>Comprovação de conclusão do ensino de nível médio, registrado pelo Ministério da Educação - MEC;</p> <p>Certificado de conclusão em curso de recondicionamento ou Manutenção de Computadores.</p>	<p>Suporte básico para manter o funcionamento da estrutura e configuração de redes lógicas e internet;</p> <p>Suporte para manter funcionamento do hardware e software;</p> <p>Suporte de atendimento remoto aos usuários e alunos do telecentro;</p> <p>Organização de equipamentos nos telecentros;</p> <p>Organização e controle de documentos físicos ou virtuais;</p> <p>Apoio a mobilização e organização do público alvo para utilização dos recursos e atividades disponibilizados nos telecentros;</p> <p>Orientação aos usuários e alunos sobre os serviços disponibilizados pela Diretoria de Inclusão Digital da Prodabel;</p> <p>Suporte na estruturação de planos de curso e aulas;</p> <p>Suporte na estruturação de materiais didáticos;</p> <p>Ministrar atividades de Inclusão digital (cursos, oficinas e palestras) nos telecentros;</p> <p>Acompanhar e orientar os discentes durante o processo de aprendizado;</p> <p>Elaborar relatórios das atividades realizadas;</p> <p>Realizar outras atividades relativas ao programa Vilas + Conectadas da Prefeitura de Belo Horizonte.</p>

Monitor de informática II

PRÉ - REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
<p>Ter no mínimo 18 (dezoito) anos e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;</p> <p>Comprovação de conclusão do ensino de nível médio, registrado pelo Ministério da Educação - MEC;</p>	<p>Suporte básico aos usuários no uso de computadores, smartphones e demais dispositivos tecnológicos disponíveis no espaço.</p> <p>Atendimento presencial para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao uso de ferramentas digitais, navegação na internet e aplicativos diversos.</p> <p>Auxílio na realização de agendamentos online, preenchimento de formulários e acesso a serviços digitais oferecidos pela Prefeitura e demais órgãos públicos.</p> <p>Orientação aos usuários quanto ao uso seguro e responsável das tecnologias de informação.</p> <p>Organização, controle e manutenção básica dos equipamentos de informática utilizados nas atividades do telecentro ou laboratório.</p> <p>Apoio na configuração inicial de softwares, criação de contas, recuperação de senhas e outras demandas simples de TI.</p> <p>Condução de oficinas, cursos e atividades formativas de Tecnologia da Informação voltadas para a inclusão digital da comunidade.</p> <p>Acompanhamento dos participantes durante o processo de aprendizagem, oferecendo orientação individualizada sempre que necessário.</p> <p>Apoio na estruturação de conteúdos, materiais didáticos e planos de aula para atividades formativas.</p> <p>Registro e elaboração de relatórios sobre as atividades realizadas, participação dos usuários e demandas de atendimento.</p> <p>Organização do ambiente de trabalho, garantindo o bom uso dos equipamentos e a manutenção da</p>

ordem nos espaços.

Realização de outras atividades relacionadas ao funcionamento do telecentro e às ações de inclusão digital promovidas pela instituição.

Instrutor de Informática

PRÉ - REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
<p>Instrutores: Ter no mínimo 18 (dezoito) anos e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;</p> <p>Comprovação de conclusão do nível médio, registrado pelo Ministério da Educação – MEC;</p> <p>Comprovação de tempo de atuação na área como Educador (professor/Instrutor), por meio de anotação na Carteira de Trabalho ou contrato de prestação de serviços ou declaração da empresa onde trabalhou;</p> <p>Desejável conhecimento em programação WEB em HTML, CSS, JavaScript, Bancos de Dados MySQL e PHP ou outra linguagem de programação.</p>	<p>Suporte básico para manter o funcionamento da estrutura e configuração de redes lógicas e internet;</p> <p>Suporte para manter funcionamento do hardware e software;</p> <p>Elaborar/atualizar planos de curso e aula;</p> <p>Suporte de atendimento remoto aos usuários e alunos do telecentro;</p> <p>Organização de equipamentos nos telecentros;</p> <p>Organização e controle de documentos físicos ou virtuais;</p> <p>Elaborar/atualizar material didático para os cursos conforme conhecimentos especificados;</p> <p>Criar e manipular arquivos e pastas referente ao processo de capacitação;</p> <p>Apoio a mobilização e organização do público alvo para utilização dos recursos e atividades disponibilizados nos telecentros;</p> <p>Orientação aos usuários e alunos sobre os serviços disponibilizados pela Diretoria de Inclusão Digital da Prodabel;</p> <p>Ministrar cursos, oficinas e palestras na área de Tecnologias de informação e comunicação;</p> <p>Acompanhar e orientar os alunos no seu aprendizado em curso presencial e à distância no portal da prefeitura de Belo Horizonte;</p> <p>Desenvolver e propor inovações que potencializam melhores práticas nos espaços públicos em relação à inclusão digital e social;</p> <p>Elaborar relatórios das atividades realizadas;</p> <p>Montar, organizar e manter documentação digital e física de todas as informações pertinentes aos cursos;</p>

	<p>Organizar, acompanhar a demanda e a utilização dos equipamentos e ferramentas a ser disponibilizados para os cursos e prestar contas de sua utilização;</p> <p>Realizar outras atividades relativas ao programa Vilas + Conectadas da Prefeitura de Belo Horizonte.</p>
--	--

Instrutor de informática e tecnologias aplicadas

PRÉ - REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
<p>Formação preferencial em Tecnologia da Informação e Comunicação, podendo estar concluída ou em andamento, ou ainda em nível técnico com especialização compatível com as áreas propostas.</p> <p>Também serão bem-vindos profissionais com pós-graduação ou formações complementares em campos correlatos, como programação, banco de dados, Internet das Coisas (IoT), marketing digital ou design gráfico.</p> <p>Experiência prática com ferramentas e ambientes como Python, SQL, Arduino IDE, linux e softwares de prototipagem e experiência prática em Canva Pro, além de interesse em metodologias ativas de aprendizagem, ensino baseado em projetos e processos colaborativos de feedback.</p>	<p>Elaborar planos de aula alinhados à metodologia do Horizonte Lab, baseada em aprendizado por desafios;</p> <p>Planejar e ministrar aulas presenciais e/ou híbridas, promovendo o engajamento e a aprendizagem prática dos participantes;</p> <p>Produzir e disponibilizar materiais didáticos digitais, exercícios práticos e recursos complementares;</p> <p>Avaliar o progresso dos alunos, fornecendo feedback contínuo e construtivo;</p> <p>Apoiar os participantes na construção de portfólios profissionais;</p> <p>Participar de reuniões pedagógicas, contribuir com relatórios mensais de atividades e trocas entre pares;</p> <p>Zelar pela boa utilização, organização e conservação dos equipamentos, materiais e recursos do laboratório.</p> <p>Registro mensal de presença e participação dos alunos;</p> <p>Relatório de desempenho e evolução das turmas;</p> <p>Material didático produzido (slides, exercícios, guias, exemplos de projetos);</p> <p>Portfólio final de trabalhos desenvolvidos pelos alunos.</p>